

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

135 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 19/09 a 23/09/2022

1. AGRESSÃO MILITAR DA FEDERAÇÃO RUSSA CONTRA A UCRÂNIA	1
2. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	1
3. ORÇAMENTO DA UE - HUNGRIA E MECANISMO DE CONDICIONALIDADE	3
4. PROCEDIMENTOS DE INFRAÇÃO	4
5. VISITA DA COMISSÃO AGRI DO PE A PORTUGAL	4
6. COMISSÃO EUROPEIA INSTRUMENTO EMERGÊNCIA MERCADO ÚNICO	4
7. COMISSÃO EUROPEIA RASTREIO DO CANCRO	5
8. BCE - POLÍTICA MONETÁRIA	5
9. ATUALIDADE DA UNIÃO EUROPEIA	5
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Conselho dos Assuntos Gerais	6
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	7

1. AGRESSÃO MILITAR DA FEDERAÇÃO RUSSA CONTRA A UCRÂNIA

Após o discurso do Presidente russo desta semana, em que anunciou a mobilização parcial de tropas e aludiu à existência e possível utilização de armas nucleares na agressão à Ucrânia (discurso [aqui](#)), a União Europeia iniciou **discussões sobre uma nova ronda de sanções a impor à Federação russa**. Damos nota, igualmente, desta pertinente [análise](#) do *Institute for the Studies of War* sobre esta nova fase da escalada militar e as dificuldades da sua operacionalização do lado russo.

Durante o fim-de-semana, a Comissão Europeia fará uma série de consultas (*confessionários*) com os Estados-Membros para calibrar as próximas sanções a impor, que poderão incluir um preço máximo para o petróleo russo (como solicitado pelo G7), uma proibição de [importação de diamantes](#), ou as limitações de entradas e concessões de vistos a cidadãos russos. Os países Bálticos e a Polónia advogam sanções à indústria de energia nuclear da Rússia, um alargamento da lista de bens tecnológicos sancionados (e.g. como unidades centrais de processamento, aparelhos de rádio e certos dispositivos semicondutores, bem como a supressão de mais bancos do sistema de pagamentos internacionais SWIFT (*Gazprombank, Alfa Bank, Rosbank e Tinkoff Bank*). O *Gazprombank* foi até agora excluído das sanções, uma vez que é fundamental para o processamento dos pagamentos de energia à Rússia. Finalmente, no setor dos transportes, estes países sugerem colmatar as lacunas nas restrições ao transporte rodoviário e alargar o âmbito de uma proibição de entrada de navios russos nos portos da UE.

2. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

No âmbito do Conselho de Assuntos Gerais desta semana, os ministros discutiram aspetos relacionados com a **Conferência sobre o Futuro da Europa**, debatendo, nomeadamente, a **eventual utilização de cláusulas-ponte («passerelle»)** incluídas nos **Tratados para passar da votação por unanimidade para a votação por maioria qualificada no Conselho e as iniciativas relacionadas com a Conferência destacadas no discurso sobre o estado da União**, tendo recebido informações sobre as medidas propostas no quadro da Conferência relativamente às quais o Conselho poderia agir por iniciativa própria.

Recorde-se que, como parte do seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa, a 27 de julho de 2022, a Presidência checa do Conselho distribuiu às delegações um questionário com o objetivo de permitir às delegações partilhar os seus pontos de vista iniciais sobre três questões, tendo a Presidência, na véspera do Conselho, circulado uma síntese preliminar¹ das respostas das delegações recebidas até à data (14 de setembro).

1) Qual é a sua opinião sobre o seguimento da Conferência através da convocação de uma Convenção de acordo com a Arte. 48 (2) TUE durante o atual mandato da Presidência?

A grande maioria das delegações considera que, nesta fase, deve ser dada prioridade às propostas e iniciativas que possam ser implementadas através de todas as possibilidades oferecidas pelo atual quadro do Tratado, utilizando o seu potencial e as flexibilidades por ele previstas. Algumas salientaram que a alteração dos Tratados não deve ser considerada um fim em si mesma. Por conseguinte, a maioria das delegações considera que, antes de iniciar o processo de revisão do Tratado, é necessário mais tempo para uma avaliação estruturada e abrangente, ou considera tal decisão como prematura.

Porém, um número significativo de delegações está aberto, ou não se opõe, a considerar a alteração do Tratado numa fase posterior, sob novas circunstâncias ou sob certas condições. Algumas delegações, em particular, expressam a sua abertura à reforma institucional no caso de esta ser considerada

¹ Documento LIMITE 12277/22.

verdadeiramente benéfica para os cidadãos, ou necessária para o funcionamento ou o reforço da UE. Um aspeto sublinhado por várias delegações é a necessidade de uma identificação cuidadosa das disposições que poderiam ser objeto de revisão, por exemplo através de um acordo interinstitucional prévio a ser alcançado com o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. Várias delegações alertam para os riscos inerentes a um processo que frequentemente descrevem como moroso, complexo e desviando energias de iniciativas-chave, em particular tendo em conta o contexto atual. Finalmente, várias delegações associam uma possível revisão do Tratado ao debate sobre ou à perspectiva de futuro alargamento(s) da UE, em particular no que diz respeito às modalidades de funcionamento da UE.

2) Para que bases jurídicas poderia ser prevista a utilização das cláusulas *passerelle*² para passar da votação por unanimidade para a votação por maioria qualificada no Conselho?

Devido à natureza altamente sensível desta questão, várias delegações referiram necessitar de tempo adicional para responder, com algumas a referir-se à necessidade de uma análise aprofundada, consultas internas ou uma avaliação de impacto. As opiniões expressas até agora divergem - como questão de princípio - sobre a possível utilização de cláusulas *passerelle* para passar da votação por unanimidade à votação por maioria qualificada no Conselho.

Por um lado, várias delegações estão abertas ou dispostas a considerar a utilização das cláusulas *passerelle* em certos setores, referindo que facilitaria a adoção de atos necessários para a eficácia da ação da UE e para a realização dos seus objetivos. Por outro lado, outras delegações consideram que a extensão da votação por maioria qualificada poderia ser prejudicial para alguns Estados-Membros e minar a unidade da UE, pelo que consideraram que deveria ser dada prioridade à obtenção da unanimidade entre os Estados-Membros.

Relativamente às delegações abertas ou dispostas a considerar a utilização de cláusulas *passerelle* para passar da unanimidade para a maioria qualificada no Conselho, as áreas políticas destacadas variam: há abertura de algumas delegações para a Política Externa e de Segurança Comum (e.g. sanções, direitos humanos ou missões da PESC). Em menor medida, algumas delegações manifestam igualmente o seu apoio a questões fiscais, de política energética e de não discriminação, ou ainda para a adoção do Quadro Financeiro Plurianual ou a sua aplicação no âmbito de uma cooperação reforçada. Outras medidas específicas em consideração dizem respeito aos domínios do mercado interno, ambiente, economia e justiça e assuntos internos. No entanto, outras delegações têm reservas ou defendem a manutenção da unanimidade, em algumas áreas como a PESC, a PCSD, a fiscalidade, as políticas económicas e sociais e a adoção do Quadro Financeiro Plurianual.

A necessidade de manter o cuidado com potenciais mudanças que interferiram com o equilíbrio institucional foi também levantada por algumas delegações, com uma delegação a opor-se à utilização de cláusulas *passerelle* no domínio institucional. Muitas delegações sublinham que é necessário um debate mais aprofundado e um trabalho adicional baseado em análises exaustivas para explorar as possibilidades ao abrigo dos Tratados.

3) Como poderiam ser alargadas as oportunidades de participação dos cidadãos?

As delegações expressaram amplamente o seu apoio a iniciativas para melhorar a participação e o envolvimento dos cidadãos na UE e nos processos decisórios nacionais, quer através dos instrumentos existentes, quer através de novas iniciativas recentemente anunciadas pela Comissão. A importância de uma melhor comunicação com os cidadãos, e especialmente com os jovens, é também salientada. Neste contexto, outro aspecto a ter em conta é a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a

² Estudo do PE sobre esta matéria disponível [aqui](#).

complexidade dos processos decisórios da UE e um melhor envolvimento e comunicação para com os cidadãos.

Em particular, várias delegações expressam o seu apoio à iniciativa da Comissão de organizar Painéis de Cidadãos antes de propostas legislativas de grande importância, e a uma maior utilização dos Painéis de Cidadãos Europeus sobre temas-chave, com recomendações de cidadãos selecionados aleatoriamente a alimentar o trabalho das instituições. Salienta-se, ainda, a importância de desenvolver novos métodos e formas de participação dos cidadãos, com ênfase em soluções digitais que permitam interações rápidas. Algumas delegações são a favor da manutenção da plataforma digital multilíngue da Conferência no futuro, também para fomentar o intercâmbio entre cidadãos. Várias também saúdam a nova plataforma da Comissão "[*Dê a sua opinião*](#)" como um balcão único para fornecer informações sobre o envolvimento e as consultas dos cidadãos em linha. Finalmente, várias delegações reiteram o seu apoio ao próximo evento de *feedback* sobre o seguimento das propostas da Conferência, para informar os cidadãos sobre as medidas tomadas pelas instituições a este respeito.

Deste modo, durante o debate realizado no Conselho de Assuntos Gerais sobre o seguimento da Conferência, os ministros consideraram que **deve ser dada prioridade ao seguimento da grande maioria das propostas e iniciativas da Conferência (cerca de 95 %) que podem ser implementadas com recurso a todas as possibilidades oferecidas pelo atual quadro do Tratado.**

Foram manifestadas várias opiniões sobre a questão do alargamento da votação por maioria qualificada no Conselho utilizando cláusulas-ponte, tendo **a maioria dos ministros mostrado abertura para ponderar a utilização de cláusulas-ponte em determinados domínios, numa base casuística.** Vários salientaram que seria necessário realizar uma avaliação mais aprofundada antes de poderem tecer considerações pormenorizadas ou tomar uma decisão sobre a matéria.

Os ministros acolheram ainda com agrado a intenção da Comissão de propor uma série de iniciativas legislativas para dar seguimento à Conferência, em consonância com o compromisso assumido pelas três instituições da UE aquando do lançamento do exercício.

A Presidência informou igualmente os ministros sobre a **preparação do evento de retorno de informação para os cidadãos, agendado para 2 de dezembro.**

O Ministro dos Assuntos Europeus da República Checa referiu sobre o tema que «*A Conferência propôs-se envolver os cidadãos num debate sobre o nosso futuro comum e aquilo que é mais importante para eles. É hora de as instituições da UE mostrarem que ouvimos as suas preocupações. O Conselho está plenamente empenhado em desempenhar o seu papel neste processo.*».

3. ORÇAMENTO DA UE - HUNGRIA E MECANISMO DE CONDICIONALIDADE

A Comissão Europeia propôs [medidas de proteção do orçamento ao Conselho no âmbito do regulamento relativo à condicionalidade](#), por forma a salvaguardar os interesses financeiros da União contra a violação dos princípios do Estado de direito na Hungria. As medidas propostas implicam:

- suspensão de 65% dos compromissos para três programas operacionais no âmbito da política de coesão;
- proibição de assumir compromissos legais com os fundos de interesse público para programas executados em gestão direta e indireta.

A proposta destas medidas faz parte de um diálogo intensivo entre a Comissão e as autoridades húngaras, e, aguardando-se o cumprimento das principais etapas de implementação das medidas corretivas por parte da Hungria, a Comissão considera que continua a existir um risco para o orçamento.

Recorde-se que na síntese passada havíamos feito referência à proposta dos membros do Parlamento Europeu neste sentido. O Conselho tem agora um mês para decidir se deve ou não adotar estas medidas, por maioria qualificada.

Após o anúncio destas medidas, [o Primeiro-Ministro polaco referiu que «A Polónia se oporá firmemente a quaisquer ações das instituições europeias que pretendam privar ilegalmente qualquer Estado-Membro de fundos, neste caso a Hungria em particular»](#).

4. PROCEDIMENTOS DE INFRAÇÃO

A Comissão Europeia adotou um pacote de decisões relativas a procedimentos de infração pela ausência de comunicação pelos Estados-Membro das medidas necessárias para transpor as diretivas europeias para o ordenamento jurídico nacional. A lista completa das notificações remetidas e os respetivos Estados-Membros encontra-se disponível [aqui](#). No que respeita a Portugal, a notificação da Comissão diz respeito às medidas de transposição da [diretiva relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia](#) e [diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores](#).

A carta de notificação para cumprir é a [primeira etapa do processo formal por infração](#), através da qual a Comissão convida as autoridades nacionais a pronunciar-se sobre o incumprimento no prazo máximo de dois meses.

5. VISITA DA COMISSÃO AGRI DO PE A PORTUGAL

Conforme demos nota na Síntese anterior, uma [delegação da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu visitou Portugal esta semana](#). Durante a visita, os deputados reuniram com a ministra da agricultura, Maria do Céu Antunes, bem como com produtores de diferentes setores para debater a organização dos mercados dos produtos agrícolas, produção biológica, desenvolvimento rural e agricultura de pequena escala em Portugal.

A delegação foi composta pelo Presidente da Comissão AGRI, [Norbert Lins](#) (PPE, Alemanha) e pelos deputados [Herbert Dorfmann](#) (PPE, Itália), [Asim Ademov](#) (PPE, Bulgária), [Marc Tarabella](#) (S&D, Bélgica), [Asger Christensen](#) (Renew, Dinamarca), [Ivan David](#) (ID, Chéquia), [Mazaly Aguilar](#) (ECR, Espanha), [Álvaro Amaro](#) (PPE, Portugal) e [Isabel Carvalhais](#) (S&D, Portugal).

6. COMISSÃO EUROPEIA | INSTRUMENTO EMERGÊNCIA MERCADO ÚNICO

A Comissão Europeia apresentou esta semana um novo [Instrumento de Emergência do Mercado Único](#), que visa, em situações de crise, preservar a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas e a disponibilidade de mercadorias e serviços essenciais em caso de emergência.

Este [Instrumento](#) complementa outras medidas legislativas da UE para a gestão de crises e procura:

- **Criar um novo quadro de governação em situações de crise para o mercado único**, um novo mecanismo para monitorizar o mercado único, identificar níveis de risco e coordenar uma resposta adequada que inclua modos de contingência, vigilância e emergência;
- **Propor novas ações para fazer face às ameaças ao mercado único**, com os Estados-Membros a centrar-se, em cooperação com a Comissão, na monitorização das cadeias de abastecimento de mercadorias e serviços identificados de importância estratégica e constituição das suas reservas. Em situação de emergência, a livre circulação no mercado único

será mantida através de uma lista negra de restrições proibidas e de um controlo reforçado das restrições unilaterais;

- **Permitir medidas de último recurso em caso de emergência**, podendo a Comissão dirigir pedidos específicos de informação aos operadores económicos, que podem ser vinculativos, e solicitar-lhes que aceitem encomendas classificadas como prioritárias para produtos relevantes em situação de crise.

Estas propostas serão agora debatidas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia. A seção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA | RASTREIO DO CANCRO

Foi também apresentada pela Comissão esta semana uma [nova abordagem](#) para ajudar os Estados-Membros a aumentar a cobertura do rastreio do cancro, ao abrigo do [Plano Europeu de Luta contra o Cancro](#).

A [recomendação da Comissão visa aumentar a cobertura do rastreio em tipos específicos de cancro, a fim de alcançar o objetivo estabelecido no plano europeu de oferecer rastreios a 90% das pessoas elegíveis até 2025](#). Presta também especial atenção à igualdade de acessos ao rastreio, necessidades de grupos socioeconómicos específicos, pessoas com deficiência e pessoas que vivem em zonas rurais ou remotas, assim como procura assegurar procedimentos de diagnóstico, tratamentos, apoio psicológico e apoio pós-tratamento adequados e atempados. A recomendação introduz igualmente uma monitorização sistemática e regular dos programas de rastreio. A seção de [perguntas e respostas](#) encontra-se também disponível.

8. BCE - POLÍTICA MONETÁRIA

Temos dado nota, em sínteses anteriores, de que, face aos níveis recorde de inflação na zona euro, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu adaptar e normalizar a política monetária. As compras de ativos líquidos do Eurosistema foram suspensas e as taxas de juro diretoras foram aumentadas em julho (em 50 pontos base) e em setembro (em 75 pontos base). **A atual orientação da política monetária do BCE permanece altamente acomodatória e espera-se que a inflação se mantenha elevada durante um período prolongado.** O Conselho do BCE anunciou ainda possíveis novos aumentos das taxas de juro durante as próximas reuniões.

O Painel de Peritos Monetários da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do PE preparou quatro documentos, avaliando a atual orientação da política monetária do BCE, contrastando-a com outros grandes bancos centrais e identificando se ocorreram erros de política no último ano. Esta publicação é fornecida pelo Departamento de Políticas Económicas, Científicas e de Qualidade de Vida, para a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), antes do Diálogo Monetário com o Presidente do BCE, que terá lugar no próximo dia 26 de setembro, e está disponível [aqui](#).

9. ATUALIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Face à complexidade e dispersão dos temas que marcam a atualidade da UE, bem como da sua complexidade, disponibilizamos aqui uma lista de fontes que dão algum enquadramento geral e que podem ser consultadas regularmente para informação atualizada:

- *Briefing* do *Politico* sobre os principais temas da atualidade em setembro de 2022 ([aqui](#));

- Observatório Legislativo do PE ([aqui](#));
- “Comboio legislativo” do PE, com o ponto de situação de todos os dossiês ([aqui](#));
- Página da Comissão Europeia dedicada às várias áreas de política da UE ([aqui](#));
- Página temática do Conselho, com as várias áreas políticas ([aqui](#)).

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Assuntos Gerais

Nesta reunião, o Conselho preparou a [reunião do Conselho Europeu prevista para os dias 20 e 21 de outubro](#), na qual os dirigentes vão discutir novamente a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas consequências, a situação energética, questões económicas, as relações entre a UE e a Ásia, preparação da Cimeira UE-ASEAN e debate estratégico sobre a China. Farão ainda o balanço da preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27) e para a 15.ª Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Foi ainda realizado um debate horizontal centrado nas principais tendências no domínio do [Estado de direito na UE](#) e no âmbito do diálogo anual sobre o tema, estruturando-se em quatro pilares: os sistemas judiciais, o quadro de luta contra a corrupção, o pluralismo dos media e outras questões institucionais relacionadas com o equilíbrio de poderes. Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais de novembro serão abordadas questões específicas por país e a tónica incidirá sobre cinco Estados-Membros, no quais se inclui Portugal (Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia e Suécia).

Os ministros debateram ainda a Conferência sobre o Futuro da Europa (Cfr. ponto 2) e as relações UE-Reino Unido - centrando a discussão na aplicação do Acordo de Saída. O Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, informou os ministros sobre a mais recente evolução na sequência da decisão tomada pelo Governo do Reino Unido, em junho de 2022, de propor legislação que implica a não aplicação de elementos essenciais do Protocolo, bem como da sua resposta aos [processos em curso por infração](#), tendo os ministros reafirmado o seu apoio à abordagem da Comissão Europeia.

O Conselho adotou também formalmente a decisão no sentido de [conceder à Ucrânia 5 mil milhões de euros de assistência macrofinanceira suplementar](#), com carácter de urgência. Esta assistência financeira complementa outros apoios da UE à Ucrânia nos domínios humanitário, do desenvolvimento, aduaneiro e da defesa.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados aos grupos políticos e comissões parlamentares, destacando-se a realização do [diálogo monetário com a Presidente do BCE](#) na Comissão ECON e a reunião conjunta da Comissão AFET e subcomissão SEDE sobre as ameaças de escalada da Rússia na sua guerra de agressão contra a Ucrânia.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [28 de setembro](#), destacando-se a *adaptação das regras em matéria de responsabilidade no âmbito da inteligência artificial, revisão da diretiva sobre*

responsabilidade decorrente de produtos, implementação do pilar social: recomendação sobre salários mínimos e proteção dos trabalhadores contra a exposição ao amianto.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 26.09: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#)
- 29.09: [Conselho \(Competitividade\) sobre Mercado Interno e Indústria](#)
- 30.09: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\)](#)

Bruxelas | 23 de setembro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).